

DINHEIRO DO FUNDEF

Professores recebem com atraso

Fotos: Alberto César Araújo

INDÍGENAS QUE DÃO AULAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA DENUNCIAM QUE A PREFEITURA PASSA ATÉ DOIS MESES SEM PAGAR O SALÁRIO DE R\$ 165

WILSA FREIRE
ENVIADA ESPECIAL

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM - A professora indígena Edília Maria Viana Pena, 34, estava em situação difícil há duas semanas, na comunidade de Tapuruquara Mirim, Município de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus). O salário de R\$ 165 estava atrasado há dois meses e ela não tinha dinheiro nem para colocar combustível no barco e seguir caminho para a sede municipal para saber se o salário havia finalmente saído.

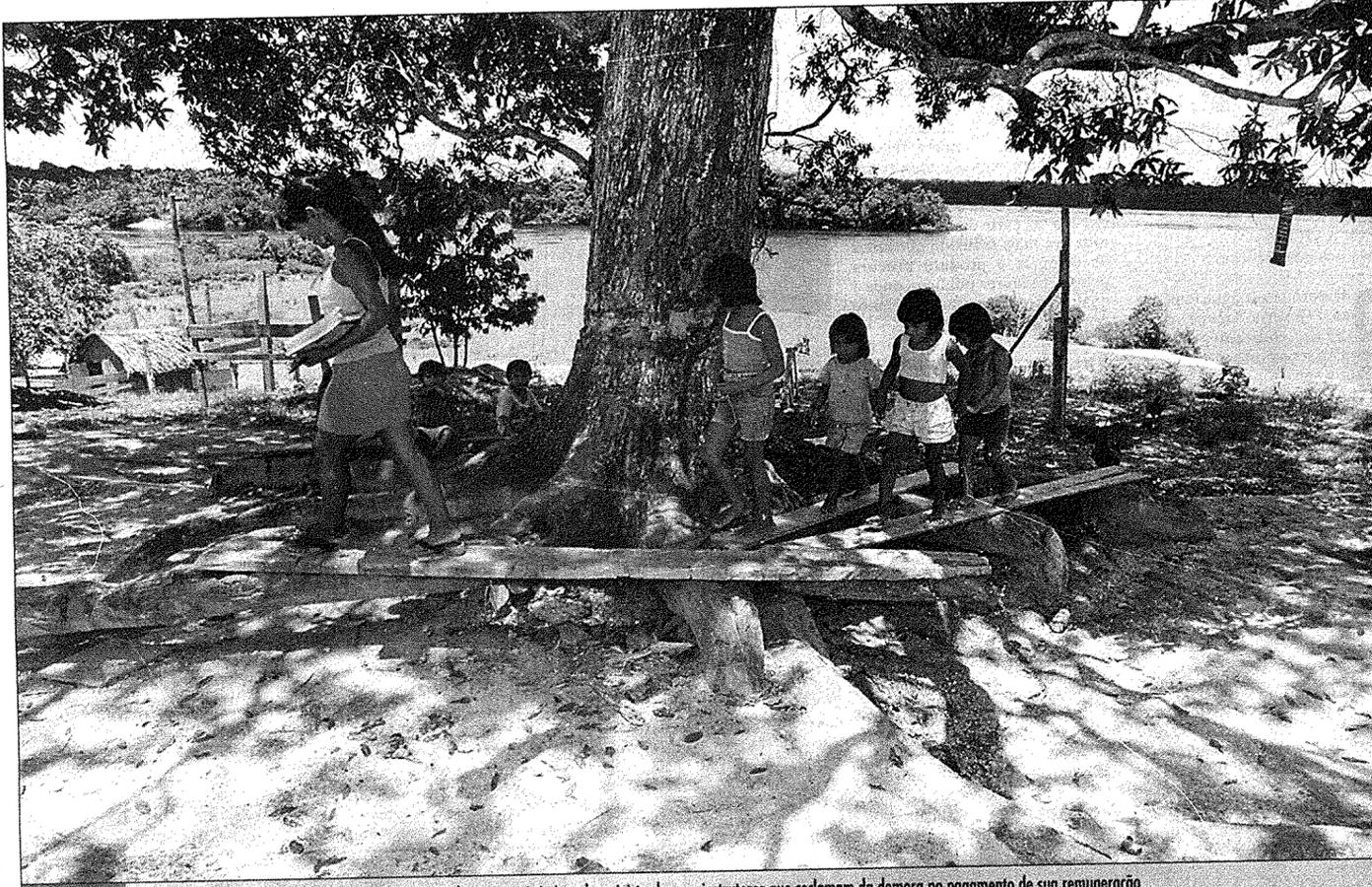
A rotina de Edília, segundo ela e outros professores indígenas, tem sido a dúvida sobre o dia em que vão receber, fato que não deveria estar ocorrendo. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado no ano passado pelo Governo Federal, é considerado "sagrado" para todas as prefeituras. Não há como haver atrasos no pagamento, já que se trata da arrecadação de 15% dos recursos de vários impostos (ver matéria).

Os vereadores de São Gabriel da Cachoeira denunciam a administração do prefeito Amilton Gadelha (PTB) de estar desviando os recursos do Fundef, motivo pelo qual estaria atrasando o salário dos professores. As denúncias surpreendem porque vêm justamente há alguns meses depois de a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira ter recebido o Prêmio Cidade-Cidadã, concedido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pelo trabalho desenvolvido em favor da educação.

DISTÂNCIAS

A situação dos 280 professores indígenas de São Gabriel da Cachoeira é delicada, principalmente por conta das distâncias. Com o atraso no pagamento, eles têm que se deslocar várias vezes, na maioria delas de canoa, e acabam aumentando os gastos com as viagens. Muitos apelam para vales nos comércios da cidade, mas dizem que já não têm mais como pedir compreensão dos vendedores pelos atrasos constantes.

A professora Edília acabou pedindo dinheiro emprestado e foi com o irmão Augustinho Pena, 39, outro professor indígena que dá aulas na comunidade de Vila Nova, na Região do Baixo Rio Negro, checar a informação de que o salário estava sendo entregue. Tiveram que ficar dois dias na sede e, depois de muita reclamação, conseguiram receber.

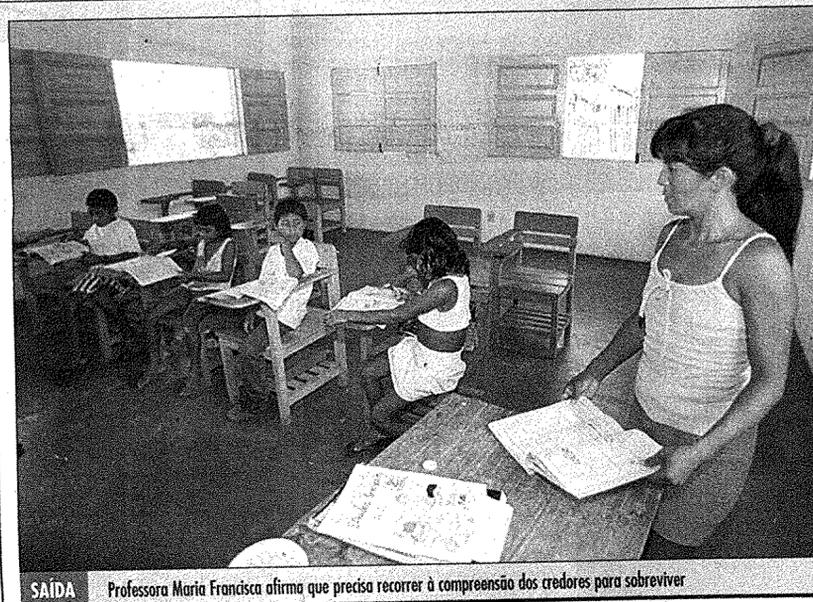


PROBLEMA Crianças caminham sobre tábuas em direção à escola, para assistir às aulas ministradas por instrutores que reclamam da demora no pagamento de sua remuneração

Irregularidade data de agosto

O representante da Associação dos Professores Indígenas do Rio Negro, Juscelino Pereira Azevedo, 32, reforça a denúncia do grupo de professores que há duas semanas reclamou do atraso no pagamento dos salários. Ele diz que desde agosto começou a haver irregularidades no cronograma de pagamento. "Antes, não tínhamos esse problema. Agora vivemos nesse suspense, sem saber quando sairá o salário", afirma.

Azevedo também chama a atenção para a imagem dos professores indígenas que estaria sendo arranhada. "Quando viemos para cá, trabalhamos com comerciantes, comprando mercadorias para nossas comunidades, só que eles estão bravos com a gente e já está ficando difícil conseguir crédito", alerta um dos líderes indígenas, dizendo ainda que na Secretaria de Educação eles não conseguem explicações sobre o atraso.



SAÍDA Professora Maria Francisca afirma que precisa recorrer à compreensão dos credores para sobreviver

CONSEQUÊNCIAS

"EU TENHO QUE RECORRER A VALES. SÓ ÀS VEZES, QUANDO COMPRO UM VESTIDO MAIS BONITO, É QUE O DINHEIRO ACABA"

MARIA FRANCISCA, professora

Problema chega a atrapalhar o ensino em Mercês

Na comunidade de Mercês, a meia hora de voadeira de São Gabriel da Cachoeira, a professora Maria Francisca Viana, 30, aguardava a passagem de seus irmãos, também professores, com notícias sobre os salários de agosto e de setembro. Maria Francisca é irmã de Edília e Augustinho, os mesmos que haviam saído de suas comunidades com esperança de receber em São Gabriel da Cachoeira. Ela estava preocupada porque fazia dois dias que eles passaram de barco e não haviam retornado.

A escola onde Maria Francisca dá aula contrasta com a realidade da maioria das unidades da Região Norte. O barro e o reboco antigos das paredes deram lugar à alvenaria e à pintura nova, complementados com carteiras e giz para as crianças das 16 famílias da comunidade. A professora também está fazendo um curso de aperfeiçoamento pela Prefeitura. O salário de R\$ 165, atrasado há dois meses, acabou antes mesmo de ter recebido. "Tenho que recorrer a vales", diz Maria Francisca. Ela conta que economizando bastante consegue se manter, já que é solteira e não tem filhos. "As vezes, quando eu compro um vestido mais bonito, é que o dinheiro acaba." Maria Francisca já havia ido à Prefeitura para receber, mas obteve a informação de que o dinheiro só sairia em novembro.

Verba é nacional

O primeiro ano de funcionamento do Fundef, de acordo com dados do Governo Federal, representou para as redes municipais de ensino em todo o País um acréscimo bruto de recursos de R\$ 2 bilhões.

O Fundef é um fundo de natureza contábil, que reúne 15% dos principais impostos de cada Estado e seus respectivos municípios e redistribui os recursos proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas

redes públicas estaduais e municipais de ensino fundamental. O Governo Federal complementa quando o valor fica abaixo de R\$ 315 por aluno/ano.

São Gabriel da Cachoeira apareceu nos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) como um dos municípios que apresentam irregularidades na destinação do Fundef, que entrou em vigor no ano passado e movimentou R\$ 13,3 bilhões.

'QUESTÃO POLÍTICA'

Prefeito nega retardamento

O prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Amilton Gadelha, disse desconhecer a informação de atraso no pagamento dos salários dos professores indígenas de seu Município. Ele mesmo explicou que o atraso não pode acontecer, já que se trata de verba do Fundef.

Para Gadelha, pode estar havendo dois problemas: o primeiro, segundo ele, seriam professores que dão procuração a terceiros para receber em seu lugar. "Como eles moram muito distante, permitem que terceiros recebam por eles. Não podemos nos responsabilizar por isso", acentuou. O segundo motivo, seria uma questão política. "Estão querendo desmerecer o prêmio que recebemos do Unicef", disse.



GADELHA Denúncias deverão ser apuradas

Gadelha afirmou que irá apurar as denúncias e, caso o atraso esteja realmente acontecendo, tomará as medidas necessárias para punir os responsáveis.